

RODRIGO LÓPEZ ZILIO

Manual
de **Direito**

ELEITORAL

volume
único

10^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada

2024

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Isabella Giordano (giordano,bella@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

Z69d Zilio, Rodrigo López
Direito Eleitoral / Rodrigo López Zilio – 10.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

1152 p.

ISBN: 978-85-442-5013-6

1. Direito Eleitoral. 2. Justiça Eleitoral. 3. Condições de Elegibilidade. 4. Inelegibilidade.
5. Crimes Eleitorais. I. Zilio, Rodrigo López. II. Título.

CDD 341.28

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONCEITO e CLASSIFICAÇÃO	27
CAPÍTULO 2 – AUTONOMIA	29
CAPÍTULO 3 – FONTES DO DIREITO ELEITORAL	31
1. Constituição Federal	31
2. Tratados internacionais	32
3. Lei das Inelegibilidades	33
4. Lei das Eleições	33
5. Lei dos Partidos Políticos	34
6. Código Eleitoral	34
7. Lei de Transporte e Alimentação	35
8. Resolução	35
CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL	39
CAPÍTULO 5 – PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL	43
1. Princípio democrático	44
2. Princípio da soberania popular	44
3. Princípio da representatividade	45
4. Princípio republicano	45
5. Princípio da celeridade	46
6. Princípio da preclusão	46

7. Princípio da isonomia	46
8. Princípio da verdade eleitoral	47
9. Princípio da normalidade e legitimidade das eleições	47
10. Princípio da anualidade ou anterioridade eleitoral	48
CAPÍTULO 6 – A JUSTIÇA ELEITORAL	55
1. Tribunal Superior Eleitoral	56
2. Tribunal Regional Eleitoral	58
3. Juízes Eleitorais	60
4. Junta Eleitoral	62
5. Atribuições da Justiça Eleitoral: a função administrativa, normativa- -regulamentadora, julgadora e consultiva	62
CAPÍTULO 7 – O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	67
1. Introdução	67
2. Procurador-Geral Eleitoral	69
3. Procurador Regional Eleitoral	69
4. Promotor Eleitoral	70
5. Regulamentação do Ministério Público Eleitoral	71
CAPÍTULO 8 – SISTEMAS ELEITORAIS	75
1. Sistema Majoritário	75
1.1. Sistema majoritário de maioria simples ou relativa	76
1.2. Sistema majoritário de maioria absoluta	76
2. Sistema Proporcional	77
CAPÍTULO 9 – NULIDADES	87
1. Introdução	87
2. Da nulidade dos votos: art. 175, §§3º e 4º CE	90

3. Do art. 16-A da LE	91
4. Da nulidade da eleição: art. 224 CE	93

CAPÍTULO 10 – DIREITO PARTIDÁRIO 103

1. Introdução	103
2. Natureza jurídica do partido político e mandado de segurança contra ato de dirigente partidário	104
3. Criação e registro e participação na eleição	105
3.1. Criação, registro e alterações estatutárias.	105
3.2. Requisitos para participação na eleição	109
4. Liberdade de criação, autonomia e os preceitos constitucionais	116
4.1. Liberdade de criação e autonomia	116
4.2. Preceitos constitucionais	119
4.2.1. Caráter nacional	119
4.2.2. Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes	120
4.2.3. Funcionamento parlamentar	120
4.2.4. Prestação de contas dos partidos políticos	120
4.2.5. Recursos do Fundo Partidário	124
4.2.6. Outros recursos	137
5. Responsabilidade partidária, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos	152
6. Coligação	154
7. Federação partidária	158
8. Cláusula de barreira	161
9. Fidelidade partidária	163
10. Competência	171

CAPÍTULO 11 – DOS DIREITOS POLÍTICOS 175

1. Introdução	175
---------------------	-----

2. Sufrágio e voto	181
3. Da capacidade eleitoral	183
CAPÍTULO 12 – CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA	185
1. Introdução	185
2. Alistamento eleitoral	188
3. Transferência	194
4. Segunda via	195
5. Cancelamento	195
6. Revisão do eleitorado	198
CAPÍTULO 13 – CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA	203
CAPÍTULO 14 – CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	205
1. Introdução	205
2. Nacionalidade brasileira (art. 14, § 3º, I, da CF)	206
3. Pleno exercício dos direitos políticos (art. 14, § 3º, II, da CF)	208
3.1. Cancelamento da naturalização	209
3.2. Incapacidade civil absoluta	211
3.3. Condenação criminal transitada em julgado	213
3.4. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	220
3.5. Improbidade administrativa	223
4. Alistamento eleitoral (art. 14, §3º, III, da CF)	226
5. Domicílio eleitoral (art. 14, §3º, IV, da CF)	226
6. Filiação partidária (art. 14, § 3º, V, da CF)	228
7. Idade mínima (art. 14, §3º, VI, da CF)	243
CAPÍTULO 15 – CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE	245

CAPÍTULO 16 – INELEGIBILIDADE	247
1. Introdução	247
2. Breve nota acerca da elegibilidade	247
3. Breve nota acerca do elemento nuclear da inelegibilidade	248
4. Distinção entre condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade	249
5. O registro de candidatura: breve análise das divergências da Teoria Clássica e da Teoria do Fato Jurídico	250
6. Bases teóricas para um conceito adequado de inelegibilidade no direito brasileiro	254
7. Aspectos materiais da inelegibilidade	255
7.1. Na Constituição Federal	258
7.2. Na Lei Complementar nº 64/1990	272
7.2.1. Modificações relevantes da Lei Complementar nº 135/2010	274
7.3. Causas de inelegibilidade da Lei Complementar nº 64/90 ...	288
8. Desincompatibilização	368
CAPÍTULO 17 – INABILITAÇÃO	371
CAPÍTULO 18 – PROCESSO ELEITORAL	375
CAPÍTULO 19 – CONVENÇÃO PARTIDÁRIA	377
1. Generalidades: autonomia partidária; omissão no estatuto; conflito de convenções	377
2. Prazo de realização e deliberação	380
3. Registro em livro e ata	384
4. Candidatura nata	386
5. Utilização de prédios públicos	386
CAPÍTULO 20 – REGISTRO DE CANDIDATURA	387
1. Generalidades: natureza jurídica, rito, candidatura coletiva e pré-candidato vs candidato	387

2.	Número de vagas e reserva por gênero	396
3.	Vagas remanescentes	400
4.	Prazo	401
5.	Documentos	402
6.	Diligências	409
7.	Substituição	410
8.	Homonímia	414

CAPÍTULO 21 – PROPAGANDA POLÍTICA 419

1.	Introdução	419
2.	Propaganda partidária	421
2.1.	Da propaganda partidária gratuita	422
3.	Propaganda intrapartidária	427
4.	Propaganda eleitoral	428
4.1.	Introdução: noções gerais	428
4.2.	Prazo inicial da propaganda eleitoral	433
4.3.	Propaganda extemporânea ou antecipada	434
4.4.	Promoção pessoal e propaganda eleitoral	437
4.5.	Excludentes de propaganda eleitoral antecipada: art. 36-A da LE	438
4.5.1.	Art. 36-A, inciso I, da LE	449
4.5.2.	Art. 36-A, inciso II, da LE	450
4.5.3.	Art. 36-A, inciso III, da LE	451
4.5.4.	Art. 36-A, inciso IV, da LE	452
4.5.5.	Art. 36-A, inciso V, da LE	453
4.5.6.	Art. 36-A, inciso VI, da LE	454
4.5.7.	Art. 36-A, inciso VII, da LE	454
4.6.	Procedimento para apuração da propaganda eleitoral irregular	455

4.7.	Poder de polícia	461
4.8.	Modalidades de propaganda eleitoral	467
4.8.1.	Propaganda em <i>outdoors</i>	467
4.8.2.	Propaganda em bens particulares	468
4.8.3.	Propaganda em bens públicos	472
4.8.4.	Propaganda nas dependências do Poder Legislativo	480
4.8.5.	Propaganda eleitoral em recinto aberto ou fechado	481
4.8.6.	Propaganda mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som e comícios	481
4.8.7.	Showmícios	483
4.8.8.	Propaganda mediante panfletagem	486
4.8.9.	Propaganda eleitoral na imprensa escrita	488
4.8.10.	Propaganda eleitoral no rádio e televisão	495
4.8.11.	Debates	500
4.8.12.	Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão	504
4.8.13.	Propaganda eleitoral na internet	522
4.8.14.	Propaganda eleitoral no dia da eleição	545
CAPÍTULO 22 – DIREITO DE RESPOSTA		547
CAPÍTULO 23 – PESQUISAS ELEITORAIS		555
CAPÍTULO 24 – FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS		563
1.	Introdução	563
2.	Da arrecadação	565
2.1.	Despesas de campanha. Responsabilidade	565
2.2.	Administração financeira da campanha. Informações finan- ceiras e contábeis. Responsabilidade	566

2.3.	Limites dos gastos de campanha. Contabilização. Valores máximos de gastos. Sanções	567
2.4.	Comitês financeiros	569
2.5.	Conta bancária específica	569
2.6.	Arrecadação de recursos financeiros de campanhas	571
2.7.	Doações de recursos financeiros: formas legais	587
2.8.	Recibo eleitoral	590
2.9.	Doações: limites legais e representação por descumprimento	591
2.10.	Arrecadação de recursos de campanha. Prazos	596
2.11.	Fontes vedadas: art. 24 da LE	598
2.12.	Recursos de origem não identificada	599
2.13.	Gastos eleitorais: art. 26 da LE	600
2.14.	Contratação de pessoal para prestação de serviços de campanha eleitoral: art. 100-A da LE	605
2.15.	Gastos de apoio de eleitor: art. 27 da LE	608
2.16.	Descumprimento das normas de arrecadação e aplicação de recursos. Sanção ao partido	610
3.	Prestação de contas	611
3.1.	Introdução e princípios do processo de prestação de contas	611
3.2.	Dos obrigados a prestar contas	612
3.3.	A prestação de contas parcial na internet	613
3.4.	Dispensa de comprovação na prestação de contas	615
3.5.	Da assunção de débitos pelos partidos políticos	616
3.6.	O prazo de encaminhamento da prestação de contas	618
3.7.	A prestação de contas simplificada	618
3.8.	O processo de prestação de contas	620
3.9.	O julgamento da prestação de contas	621
3.10.	Da sobra de recursos financeiros	626

CAPÍTULO 25 – ELEIÇÃO	629
1. Introdução	629
2. Garantias eleitorais	629
3. Lei seca	631
4. Dia da eleição e abertura do comércio	631
5. Requisição da força federal	632
6. Atos preparatórios das eleições	632
6.1. Local de votação	633
6.2. Seções eleitorais	633
6.3. Mesa receptora	633
6.4. Votação	635
6.5. Apuração	639
6.6. Proclamação dos resultados.	640
CAPÍTULO 26 – DIPLOMAÇÃO	643
1. Diplomação	643
2. Posse	646
CAPÍTULO 27 – CONTENCIOSO JUDICIAL ELEITORAL	647
1. Introdução	647
1.1. Breves observações sobre os procedimentos eleitorais e o art. 96-B da Lei nº 9.504/1997	653
1.2. Súmula-TSE nº 62	657
1.3. Art. 23 da LC nº 64/1990	659
1.4. Dos abusos não tipificados	661
1.5. O reconhecimento da existência de interesses ou direitos transindividuais eleitorais	663
1.6. A aplicação subsidiária do novo CPC em matéria eleitoral	665
2. Ação de impugnação ao registro de candidatura – AIRC	669

2.1.	Introdução	669
2.2.	Objetivo	669
2.3.	Competência	670
2.4.	Prazo para o ajuizamento	670
2.5.	Preclusão	671
2.6.	Legitimidade, litisconsórcio e assistência	672
2.7.	Capacidade Postulatória	679
2.8.	Questões procedimentais	680
2.8.1.	Petição Inicial	680
2.8.2.	Contestação	681
2.8.3.	Julgamento antecipado da lide ou instrução	683
2.8.4.	Alegações	685
2.8.5.	Sentença	685
2.8.6.	Recurso	694
3.	Recurso contra expedição do diploma – RCED	698
3.1.	Fundamento legal	698
3.2.	Objetivo	699
3.3.	Prazo	699
3.4.	Hipóteses de cabimento	700
3.4.1.	O RCED na concepção originária do Código Eleitoral	700
3.4.2.	O RCED e a Lei nº 12.891/2013	700
3.5.	A prova pré-constituída	707
3.6.	Competência e procedimento	708
3.7.	Legitimidade	709
3.8.	Efeitos	710
4.	Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE	711
4.1.	Considerações iniciais e fundamento legal	711
4.2.	Hipóteses de cabimento	712

4.3.	Competência	718
4.4.	Procedimento	719
4.5.	Bem jurídico	733
4.6.	Prazo de ajuizamento	736
4.7.	Legitimidade	737
4.8.	Sanções	742
4.9.	Recurso e efeitos	745
5.	Ação de impugnação de mandato eletivo – AIME	749
5.1.	Fundamento legal, autoaplicabilidade, prazo, segredo de justiça e litigância de má-fé	749
5.2.	Objetivo	752
5.3.	Hipóteses de cabimento	752
5.4.	Preclusão	758
5.5.	Bem Jurídico	758
5.6.	Legitimidade	760
5.7.	Competência	762
5.8.	Procedimento	762
5.9.	Sanções	765
5.10.	Recursos e efeitos	767
6.	Captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da LE)	768
6.1.	Fundamento legal	768
6.2.	Conceito: elementos de configuração	768
6.3.	Legitimados ativos	774
6.4.	Legitimado Passivo (sujeito ativo da conduta)	775
6.5.	Lapso de incidência da norma (e da ação)	777
6.6.	Procedimento e bem jurídico tutelado	777
6.7.	Competência	779
6.8.	Sanções	780
6.9.	Recurso: prazo e efeitos	781

7.	Condutas vedadas	782
7.1.	Introdução	782
7.2.	Bem jurídico	783
7.3.	Legitimados	784
7.4.	Competência	787
7.5.	Sanções	787
7.6.	Procedimento	791
7.7.	Recurso: prazo e eficácia	792
7.8.	Lapso de ajuizamento da representação	793
7.9.	Lapso temporal de incidência das hipóteses legais	794
7.10.	As hipóteses materiais do art. 73 da Lei nº 9.504/1997	796
7.11.	A hipótese material do art. 74 da Lei nº 9.504/1997	845
7.12.	A hipótese material do art. 75 da Lei nº 9.504/1997	846
7.13.	A hipótese material do art. 77 da Lei nº 9.504/1997	847
8.	Captação e gastos ilícitos eleitorais	850
8.1.	A representação pelo art. 30-A da LE	850
8.2.	Hipóteses de cabimento	851
8.3.	Para fins eleitorais	859
8.4.	A representação pelo art. 30-A da LE e a prestação de contas	860
8.5.	Bem jurídico e a responsabilização do candidato infrator	862
8.6.	Procedimento e competência	865
8.7.	Prazo de ajuizamento	866
8.8.	Legitimados	868
8.9.	Sanções	870
8.10.	Recurso: prazo e efeitos	870
9.	Ação rescisória eleitoral	871
9.1.	Introdução	871
9.2.	Hipóteses de cabimento	872

9.3.	Constitucionalidade	874
9.4.	Competência, prazo, procedimento e legitimidade	874
CAPÍTULO 28 – CAPÍTULO RECURSOS		877
1.	Introdução	877
2.	Dos efeitos dos recursos eleitorais	877
3.	Do prazo dos recursos eleitorais	878
4.	Da prevenção	880
5.	Do prejulgado	881
6.	Da irrecorribilidade das decisões interlocutórias e das decisões administrativas	881
7.	Dos recursos eleitorais perante as Juntas e Juízos Eleitorais	882
8.	Dos embargos de declaração	884
9.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Regional Eleitoral	885
10.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral	890
CAPÍTULO 29 – DA EXECUÇÃO DE NATUREZA CÍVEL ELEITORAL		893
1.	Introdução.	893
2.	A Res.-TSE nº 23.709/2022.	895
CAPÍTULO 30 – DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL PENAL ELEITORAL		903
1.	Crimes eleitorais: generalidades	903
1.1.	Crimes eleitorais: conceito e bem jurídico	905
1.2.	Crimes eleitorais: natureza jurídica	905
2.	Competência	906
2.1.	Aspectos gerais	906
2.2.	Conexão	907
2.2.1.	Crime eleitoral e crime federal	908
2.2.2.	Crime eleitoral e crime militar	910
2.2.3.	Crime eleitoral e crime doloso contra a vida	910

2.3.	O Juiz das Garantias no Direito Eleitoral	911
2.4.	Prerrogativa de foro	913
2.5.	Ato infracional eleitoral	923
2.6.	Crimes em “ambiente eleitoral”	923
3.	Os institutos despenalizadores no direito penal eleitoral: a transação penal, a suspensão condicional do processo e o acordo de não persecução penal	924
4.	O princípio da insignificância nos crimes eleitorais	926
5.	Aplicação subsidiária do Código Penal nos crimes eleitorais	928
6.	Localização dos crimes eleitorais	928
7.	Classificação e divisão dos crimes eleitorais	929
8.	Conceito de funcionário público	930
9.	A pena mínima abstrata genérica	932
10.	Causas de agravação e atenuação em limites expressos	932
11.	As espécies de penas dos crimes eleitorais	934
12.	Crimes eleitorais e Lei de Imprensa	937
13.	Imunidade eleitoral	937
13.1.	Da audiência de custódia nos crimes eleitorais	942
13.2.	Da prisão cautelar nos crimes eleitorais	943
14.	Da gravação ambiental como meio de prova nos ilícitos eleitorais	945
15.	Crime eleitoral e responsabilidade penal do diretório do partido político	948
16.	Procedimento penal eleitoral	949
16.1.	Generalidades	949
16.2.	Polícia judiciária eleitoral	950
16.3.	Ação penal eleitoral	954
16.3.1.	O arquivamento do inquérito policial eleitoral	955
16.4.	Procedimento para os crimes apurados perante o Juiz Eleitoral	957
16.4.1.	Da denúncia	958

16.4.2.	Da apresentação de defesa	963
16.4.3.	Da instrução e do depoimento pessoal	965
16.4.4.	Das alegações finais	967
16.4.5.	Da sentença e dos recursos	968
16.5.	Procedimento para os crimes de competência originária dos tribunais	972
CAPÍTULO 31 – CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE		977
BIBLIOGRAFIA		1113